

SUDOESTE PARANAENSE: agricultura familiar ou capitalista?

Edson Luiz Flores¹

Resumo

A agricultura, se comparada aos outros segmentos da produção, apresenta algumas particularidades. Por exemplo, na agricultura as atividades produtivas não se distribuem homoganeamente durante o ano, mas se concentram em determinados períodos, como no plantio e na colheita. Em outras palavras, o trabalho tem um caráter sazonal e isto tem sido suficiente, a nosso ver, para que algumas conclusões "equivocadas" tenham sido tiradas. Neste artigo, temos como objetivo provocar uma reflexão em relação à utilização do termo "agricultura familiar". Mais especificamente, procuramos discutir a utilização deste termo para o Sudoeste do Paraná. Para tal, resgatamos alguns dos ensinamentos da matriz teórica marxista em relação à questão agrária. A partir de dados do IBGE, basicamente, analisamos a intensidade da produção agrícola, a exploração do trabalho assalariado, bem como a proletarianização de parte dos pequenos agricultores.

Palavras-chave: Agricultura familiar; agricultura intensiva; exploração do trabalho assalariado.

SOUTH-WEST PARANA familiar or capitalist agriculture?

Abstract

The agriculture, if compared to the other production segments, shows some particularities. For instance, in the agriculture the productivity activities don't distribute homogeneously during the year. But concentrate in determined periods, as in the plantation

¹ Bacharel em Geografia e especialista em Geografia: Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão.

and in the harvest. In other words, the work has a seasonal character and this has been enough, in our view, for that some "misunderstanding" conclusions have been solutioned. In this article, we have as the objective to provoke a reflexion in relation to the use of the term "familiar agriculture". But in particularly, we seek to discuss the use of this term in the South-West Parana. For such, we recover some from the origin Marxist theory in relation to the agrarian question. From the IBGE data, basically, we analyze the intensity of the agricultural production, the exploration of the people that receive a salary, as well as the ploletarization of part of the small farmers.

Key-words: *Familiar agriculture; intensive agriculture; exploration from the employees.*

Introdução

Alguns autores que estudam as questões agrárias, têm insistido na idéia de que na agricultura o sistema de produção capitalista não se desenvolve como na indústria. Ou seja, as especificidades, inclusive, naturais da agricultura impedem a lógica da acumulação do capital. Um dos primeiros autores destacados em relação à concepção da agricultura, como um sistema de produção *marginal* ao capitalismo, foi Alexander Chayanov (CHAYANOV, 1974 e 1981). Para este autor, a produção camponesa – pelo menos a da Rússia nas primeiras décadas do século XX – trata-se de um sistema de produção *não-capitalista*. Trata-se de um sistema de produção que tem as suas próprias leis de desenvolvimento.

Na atualidade, inclusive entre os pesquisadores brasileiros, encontramos algumas "correntes de pensamento" que, de certa forma, procuram interpretar, procuram resgatar as idéias de Chayanov. Ricardo Abramovay (1998), por exemplo, tem procurado refutar a teoria marxista, em relação ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Concebendo a agricultura sob uma óptica *marginalista*, numa perspectiva *chayanovista*, Abramovay entende que na agricultura a lógica da acumulação do capital (com concentração do capital e exploração do trabalho assalariado) não ocorre como acreditam Kautsky (1968) e Lenin (1980 e 1982). Pelo contrário, Abramovay (1998) entende que a "agricultura familiar" se fortalece e resiste à concentração do capital. Portanto, para este autor, a agricultura tem leis próprias de desenvolvimento. Essas leis

são *marginais* às leis de desenvolvimento do capitalismo nos outros segmentos da produção.

Mas, quando analisamos dados (principalmente do IBGE) referentes à agricultura do Sudoeste Paranaense, verificamos que as especificidades do desenvolvimento do capitalismo são formais; em outras palavras, na agricultura a concentração do capital, a exploração do trabalho assalariado etc. (características do sistema de produção capitalista) não deixam de existir, elas existem, só que de forma diferente que na indústria. Portanto, se existem leis próprias de desenvolvimento da agricultura (acreditamos que sim), elas não descaracterizam o capitalismo neste setor da produção. O que ocorre é que alguns pesquisadores sobre as questões agrárias podem estar mistificando-as.

Como o Sudoeste Paranaense tem sido colocado como uma região de "agricultura camponesa" e baseado no "trabalho familiar", como o próprio Abramovay já escreveu (ABRAMOVAY, 1981), decidimos escrever este breve artigo colocando algumas questões em relação à agricultura nesta *mesorregião geográfica*² do Paraná.

Sudoeste Paranaense: uma região de agricultura intensiva

De acordo com o censo agropecuário de 1995-96 do IBGE, a *Mesorregião Geográfica Sudoeste Paranaense* teria o total de 47.277 estabelecimentos rurais, com uma área de 1.031.602 hectares (dia 31 de dezembro de 1995). Portanto, resulta numa média de 21,8 hectares por estabelecimento rural. Entre as dez mesorregiões geográficas do Paraná, o Sudoeste Paranaense é a que tem a menor extensão média dos estabelecimentos rurais. Mas, como o tamanho dos estabelecimentos rurais não se constitui como um obstáculo em absoluto para a agricultura moderna, portanto, intensiva, esta mesorregião tem se mostrado uma das mais

² "Entende-se por mesorregião uma área individualizada, em uma Unidade da Federação, que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial. Estas três dimensões possibilitam que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade constituída ao longo do tempo pela sociedade que ai se formou." (IBGE, 1990, p. 8).

desenvolvidas neste setor da produção.

Os dados expostos na Tabela 1 mostram que os investimentos (em máquinas, equipamentos, animais para reprodução, etc.) em geral, são *relativamente* maiores nas regiões em que o tamanho médio dos estabelecimentos rurais é *menor*, como é o caso do Sudoeste Paranaense. Nas mesorregiões geográficas *Centro-Sul Paranaense* (microrregiões³ de Guarapuava, Palmas e Pitanga) e *Centro Oriental Paranaense* (microrregiões de Jaguariaíva, Ponta Grossa e Telêmaco Borba), têm-se as maiores extensões médias por estabelecimentos rurais e, praticamente, se tem as menores médias de investimento por hectares de terra: o Centro-Sul Paranaense tem uma média de 73,8 hectares por estabelecimento rural e R\$ 26,48 de investimento por hectares. O Centro Oriental Paranaense, tem um tamanho médio de 114,8 hectares por estabelecimento e R\$ 33,29 de investimento por hectare.

Tabela 1 - Investimento médio por área de terra, por mesorregiões geográficas do Paraná - 1995-96.

Mesorregiões geográficas	Área total (hectares)	Área média dos estabelecimentos (hectares)	Valor dos investimentos ⁴	
			Total (R\$)	R\$ por hectare
Francisco Beltrão ⁵	64.274	21,5	7.190.000	111,86
Sudoeste Paranaense	1.031.602	21,8	81.608.000	79,11
Oeste Paranaense	1.818.237	41,3	135.911.000	74,75
Norte Central Paranaense	2.221.214	59,1	118.346.000	53,28
Noroeste Paranaense	2.248.697	72,7	113.870.000	50,64
Centro Ocidental Paranaense	1.094.808	66,0	54.786.000	50,04
Norte Pioneiro Paranaense	1.365.587	63,1	57.418.000	42,05
Metropolitana de Curitiba	876.073	44,8	32.219.000	36,78
Centro Oriental Paranaense	1.926.462	114,8	64.132.000	33,29
Centro-Sul Paranaense	2.141.635	73,8	56.713.000	26,48
Sudeste Paranaense	1.222.317	43,4	26.809.000	21,93

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário de 1995-96.

³ "As microrregiões foram definidas como partes das mesorregiões que apresentam especificidades, quanto à organização do espaço. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral, ou pesca." (IBGE, 1990, p. 8).

⁴ Investimentos realizados no período de 01/08/1995 a 31/07/1996 em: terras adquiridas, prédios, instalações e outras benfeitorias, novas culturas permanentes e novas matas plantadas, veículos e outros meios de transporte (novos e usados), compra de animais de reprodução, outros fins, máquinas e instrumentos agrícolas, novos e usados (IBGE, 1998).

⁵ Os dados se referem ao município de Francisco Beltrão - PR.

Por outro lado, as mesorregiões Oeste Paranaense (microrregiões de Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo) e Sudoeste Paranaense (microrregiões de Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco) têm os menores tamanhos médios dos estabelecimentos rurais e as maiores médias de investimento por hectare de terra: o Oeste Paranaense tem um tamanho médio de 41,3 hectares, por estabelecimento, e uma média de R\$ 74,75 de investimento por hectare. O Sudoeste Paranaense tem um tamanho médio de 21,8 hectares, por estabelecimento, e uma média de R\$ 79,11 de investimento por hectare. Observando os dados referentes ao município de Francisco Beltrão (no Sudoeste Paranaense), verificamos que o tamanho médio dos estabelecimentos rurais é ainda menor (21,5 hectares) enquanto a média de investimentos é maior (R\$ 111,86 por hectare).

Os dados expostos na tabela 1 mostram que é incorreto “conotar” agricultura capitalista com estabelecimentos rurais com grandes extensões de área. Ora, como já mostramos em outro momento, existem algumas atividades, tais como a avicultura confinada, a fruticultura, etc. que quase não dependem da extensão dos estabelecimentos. São exemplos de atividades intensivas, realizadas em extensões menores, mas com mais investimento de capital por área de terra (FLORES, 2006).

Segundo uma pesquisa realizada pela CONAB, Embrapa suínos e aves, e pela SEAB/DERAL (do Paraná), o valor médio obtido por lote de frangos de corte, no Paraná (em abril de 2005), é de R\$ 52.188.80. Isto para aviários climatizados com capacidade para alojar 15.000 frangos (Tabela 2).

Como já tratamos em outro trabalho (FLORES, 2006), a área de terra ocupada para a construção dos aviários é relativamente pequena. Por exemplo, os aviários que têm sido utilizados para a produção de frangos de corte, integrados a empresa Sadia S/A – como nas unidades de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, no Sudoeste Paranaense –, têm, em média, 1.200 m² (100 metros de comprimento por 12 metros de largura). Num aviário desse tamanho, tem se alojado cerca de 18.000 frangos.

Tabela 2 - Custos dos avicultores integrados e das agroindústrias na produção de frangos de corte no Paraná – abril de 2005.

Integração	Investimentos	Aviário climatizado (15.000 aves p/lotte)		
		R\$/lotte	R\$/frangos	(%)
Avicultor	Capital ⁶	5.679,46	0,379	10,9
Agroindústria	Capital ⁷	46.509,31	3,141	89,1
Total por lotes	Capital total	52.188,80	3,520	100,0

Fonte: CONAB; Embrapa suínos e aves e SEAB/DERAL (IPARDES, 2005).

Comparando o valor bruto da produção de cada lote de frangos de corte (Tabela 2) com o valor obtido por hectare colhido com o milho e com a soja, verificamos que a avicultura é extremamente mais intensiva. Segundo a *Pesquisa Agrícola Municipal* do IBGE, para o ano de 2005, o valor da produção do milho, por hectare de terra colhido no Paraná, foi de, aproximadamente, R\$ 1.112,24.⁸ Para a soja, o valor obtido foi de R\$ 1.080,30 por hectare colhido.⁹ Ou seja, em um hectare de terra (que equivale a 10.000²) cultivado com o milho ou com a soja, se tem um valor da produção extremamente menor do que em cada lote de frangos de corte.

Destacamos, ainda, que é possível produzir vários lotes de frangos durante o ano. Por exemplo, a partir da pesquisa que realizamos em Francisco Beltrão, obtivemos informações dos avicultores de que as aves (frangos) estavam sendo produzidas em períodos de, aproximadamente, 33 dias. Portanto, daria para se produzir uma média de 9 lotes de aves durante o ano (FLORES, 2006). Ou seja, a intensidade da produção avícola confinada é muito maior do que aparenta. Neste tipo de atividade, tem-se um considerável investimento em instalações, equipamentos, rações, medicamentos,

⁶ Depreciações das instalações e dos equipamentos, remuneração do capital médio, cama do aviário, calefação, energia elétrica, água, mão de obra do integrado e do carregamento, manutenção das instalações e eventuais (IPARDES, 2005).

⁷ Remunerações sobre capital de giro, pintos, rações, produtos veterinários, transportes, funúral, assistência técnica e eventuais (IPARDES, 2005).

⁸ A partir da página: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>> (acesso em: 04 de novembro de 2006), pudemos calcular o valor da produção do milho em grãos. A partir da *tabela 1612*, pode-se ter dados referentes à produção obtida, ao valor da produção, e à área colhida. Dessa forma, basta realizar os cálculos para se obter o valor da produção por hectare de terra (IBGE, 2006c).

⁹ Obtivemos os dados para a soja, da mesma forma que descrevemos na nota 8 (para o caso do milho).

genética dos animais, etc. Logo, trata-se de um exemplo de atividade intensiva, pois a área de terra utilizada é relativamente pequena.

Em Flores (2006), comparamos o valor da produção da soja em grãos (exemplo de *agronegócio*) com alguns produtos da fruticultura, por algumas mesorregiões geográficas do Brasil. A partir de dados da pesquisa *Produção Agrícola Municipal – 2004* do IBGE,¹⁰ comparamos a produção da soja com: a) a produção de maçã na mesorregião geográfica *Oeste Catarinense - SC* (região de Chapecó, Concórdia, Joaçaba, São Miguel do Oeste e Xanxerê); b) a produção de uva no *Nordeste Rio-grandense - RS* (região de Caxias do Sul, Guaporé e Vacaria); e, c) a produção de batata-inglesa na mesorregião geográfica *Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba - MG* (que abrange a região de Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia). A produção destes tipos de frutas e a de batata-inglesa, comparadas à da soja (em suas respectivas regiões) são bem mais intensivas, pois

(...) o valor da produção obtida em 1 hectare colhido com maçã equivale à produção de, aproximadamente, 10 hectares colhidos com soja nesta região (...) o valor da produção obtido em 1 hectare de uva equivale à, aproximadamente, 17 hectares colhidos com soja (...) o valor da produção de um hectare de batata-inglesa equivale à, aproximadamente, 14 hectares cultivados com soja nesta região (FLORES, 2006, p. 50-1).

Os dados que analisamos anteriormente (Tabelas 1 e 2), para o caso da agricultura do Sudoeste Paranaense, e os exemplos que citamos logo acima sobre a intensidade da produção de frutas, etc., comparadas à produção da soja (em algumas mesorregiões geográficas do Brasil), nos fazem lembrar do que Lenin escreveu em relação à agricultura dos Estados Unidos da América (país que, segundo ele, já era a vanguarda do capitalismo nas primeiras décadas do século XX). Ele entende que com o desenvolvimento do capitalismo, o que passa a determinar o volume da produção das explorações agrícolas (estabelecimentos rurais utilizados produtivamente) é a quantidade de capital investido em máquinas,

¹⁰ Os dados referentes à *Pesquisa Agrícola Municipal*, podem ser acessados pela página <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>.

fertilizantes, melhoramento da pecuária, etc., mesmo que as explorações agrícolas permaneçam pequenas pela extensão de terra:

A via fundamental do desenvolvimento da agricultura capitalista consiste precisamente em que a *pequena* exploração, *permanecendo pequena* pela extensão de terra, *transforma-se em grande* exploração pelo volume da produção, desenvolvimento da pecuária, quantidade de adubos utilizados, desenvolvimento do emprego de máquinas, etc. (LENIN, 1980, p. 63).

Os dados que expomos pela Tabela 1 mostram que, no Paraná, existe uma maior média de investimentos em máquinas, construções, etc. (por hectare de terra) nas mesorregiões geográficas em que os estabelecimentos rurais são, em média, menos extensos, como é o caso do Sudoeste Paranaense. Mais uma vez lembramos do entendimento de Lenin. Para ele, com o desenvolvimento do capitalismo a agricultura passa a ser mais intensiva, com mais investimento numa mesma área, e agricultura intensiva significa um caráter capitalista mais acentuado. Em suas palavras:

O capitalismo não se expande apenas pela aceleração do desenvolvimento das explorações de grande extensão nas regiões de agricultura extensiva, mas também pela criação de explorações maiores quanto ao volume de sua produção, de caráter capitalista mais acentuado, em lotes de terra de menor dimensão, nas regiões de agricultura intensiva (LENIN, 1980, p. 100).

A partir dos dados que analisamos referentes à agricultura do Sudoeste Paranaense (especialmente os expostos na Tabela 1) e o entendimento de Lenin (1980), verificamos que essa mesorregião geográfica do Paraná tem uma agricultura intensiva, pois mesmo tendo um menor tamanho médio das explorações agrícolas, ela tem uma maior quantidade de investimentos por área de terra, comparando com as outras mesorregiões deste Estado. Portanto, sendo a agricultura do Sudoeste Paranaense intensiva, trata-se de agricultura capitalista.

Sudoeste Paranaense: “agricultura baseada no trabalho familiar”?

Os dados do IBGE referentes ao pessoal ocupado na agricultura do Sudoeste Paranaense não confirmam o fortalecimento de uma agricultura familiar,¹¹ mas, pelo contrário, evidenciam o aumento da participação do trabalho assalariado em relação ao trabalho dito “familiar”. Pela Tabela 3, expomos dados referentes ao pessoal ocupado na agricultura desta região por categorias de trabalhadores, segundo os censos agropecuários de 1970 e 1995-96.

Tabela 3 - Pessoal ocupado na agricultura do Sudoeste Paranaense, por categorias de trabalhadores - 1970-1995.

Categorias da população ocupada	Pessoal ocupado (31/12)		Variação	
	1970	1995	(n°.)	(%)
Total	195.330	159.560	-35.770	-18.3
Familiars ¹²	186.275	144.589	-41.686	-22.4
Empregados permanentes ¹³	2.266	6.249	3.983	175.8
Outra condição ¹⁴	6.789	8.722	1.933	28.5

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários de 1970 e 1995-96.

Os dados expostos na Tabela 3 mostram que o número de pessoas acima de 14 anos de idade ocupadas na agricultura no Sudoeste Paranaense (no dia 31 de dezembro de 1970 e de 1995) diminuiu neste período observado. De 1970 a 1995, são menos 35.770 pessoas ocupadas. Ressaltamos que na categoria dos “trabalhadores familiares” (responsáveis pelos estabelecimentos e os membros de suas famílias não-remunerados), são menos 41.686 pessoas ocupadas neste período. Portanto, são, aproximadamente, *-1.667 trabalhadores familiares ocupados a cada ano que passa.*

¹¹ Quando falamos em “fortalecimento da agricultura familiar”, estamos nos referindo ao entendimento de alguns autores, com Abramovay (1998), por exemplo, que acreditam que a agricultura baseada no trabalho familiar tem se fortalecido e superado o trabalho assalariado, inclusive, nos países desenvolvidos da Europa e nos EUA.

¹² Pessoas ocupadas que eram responsáveis pelos estabelecimentos rurais e os membros não-remunerados de suas famílias (IBGE, 1998).

¹³ Empregados assalariados permanentes são aqueles ocupados por períodos indeterminados (o ano todo), ao contrário dos empregados temporários, ocupados por mês, semana, dia, etc. (IBGE, 1998).

¹⁴ Incluem-se os parceiros, os empregados temporários e trabalhadores que não se enquadram em nenhuma das categorias citadas (IBGE, 1998).

Por outro lado, a quantidade de empregados assalariados permanentes ocupados na agricultura do Sudoeste Paranaense passou de 2.266, em 1970, para 6.249, em 1995. Em outras palavras, resulta numa média de, aproximadamente, *159 empregados assalariados permanentes a mais, a cada ano*. Logo, enquanto a participação do trabalho familiar decresceu 22,4% (-22.4%) neste período analisado, a participação do trabalho de empregados assalariados permanentes aumentou 175,8%. Ou seja, enquanto vem diminuindo absolutamente a participação do trabalho familiar na agricultura do Sudoeste Paranaense, tem aumentado a participação do trabalho assalariado.

O leitor deve ter observado, pelos dados da tabela 3, que na agricultura do Sudoeste Paranaense a participação do dito "trabalho familiar", mesmo tendo diminuído neste período observado, ainda é consideravelmente maior do que a participação do trabalho assalariado: em 1970 o trabalho familiar participava com 95,4% do total do pessoal acima de 14 anos de idade ocupado na agricultura, mas, em 1995, a participação caiu para 90,6%. Por outro lado, a participação do trabalho de empregados assalariados permanentes aumentou neste período, pois passou de 1,2%, em 1970, para 3,9% em 1995.

Ocorre que na agricultura a utilização de máquinas, equipamentos, defensivos agrícolas, etc. acaba por tornar o trabalho mais produtivo, o que quer dizer que diminui a quantidade de trabalho vivo (trabalho presente), incluso, o trabalho assalariado. Por exemplo, em outro estudo mostramos que na agricultura de Francisco Beltrão, principalmente para o cultivo do milho, as máquinas e aperfeiçoamentos têm tornado o trabalho mais produtivo:

(...) o produtor da amostra IX da pesquisa, com seu trator equipado com um pulverizador, faz em 8 minutos a tarefa que o produtor da amostra XVI leva cerca de 16 horas (960 minutos) arando a terra com sua junta de bois. (...) observamos que duas pessoas com uma máquina de plantio mecanizado realizam em 70 minutos o trabalho que uma pessoa levaria 8 horas (480 minutos) com uma máquina de plantio manual ou 9 horas (540 minutos) com uma máquina de plantio de tração animal (FLORES, 2006, p. 83-4).

Para o caso da colheita (como a do milho, que analisamos), a mecanização também torna o trabalho extremamente produtivo:

“(...) observamos que uma colheitadeira automotriz faz em, aproximadamente, 44,5 minutos o que um homem levaria cerca de 3.390 minutos (56,5 horas) na colheita manual” (FLORES, 2006, p. 86).

Lenin, já observou que as máquinas e aperfeiçoamentos utilizados na agricultura podem substituir parte dos trabalhadores: “(...) onde a atividade econômica já se baseia há muito tempo no trabalho assalariado, a máquina substitui os operários” (LENIN, 1982, p. 149).

Conforme Graziano da Silva, a utilização de máquinas e defensivos agrícolas acaba por substituir o trabalho, principalmente, o utilizado nas antigas tarefas de capina:

Embora não seja possível reduzir drasticamente a duração total do ciclo produtivo, a introdução de inovações tecnológicas na agricultura reduz substancialmente o tempo de trabalho; por exemplo, ao mecanizar algumas tarefas, como é o caso do trator no preparo do solo; ou então, ao eliminar certas práticas como as capinas, quando se aplicam herbicidas pós-plantio, e assim por diante (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p. 27).

Não bastando que a modernização da agricultura reduza a quantidade de pessoas ocupadas, à medida que as máquinas, técnicas, etc. tornam o trabalho mais produtivo, o próprio trabalho não se distribui homoganeamente durante o ano, mas se concentra em determinadas épocas, como na colheita, por exemplo. Segundo Marx, na agricultura o período de trabalho é pequeno em relação ao tempo total de produção:

O tempo de trabalho é sempre tempo de produção, isto é, tempo durante o qual o capital está confinado à esfera da produção. Mas, inversamente, nem por isso todo o tempo durante o qual o capital se encontra no processo de produção é necessariamente tempo de trabalho. (...) O trigo de inverno precisa talvez de 9 meses para amadurecer. Entre a época da semeadura e a da colheita, o processo de trabalho está quase totalmente interrompido (MARX, 1984, p. 179).

Culturas agrícolas, tais como o milho e a soja, têm um “limite mínimo” de produção, pois não se pode produzi-las em uma semana de duração, por exemplo. Por outro lado, o tempo em que é

necessário desenvolver alguma atividade, como plantio, colheita, etc. (o período de trabalho), pode se tornar extremamente pequeno em relação ao tempo total de produção.¹⁵ Os dados do IBGE mostram a importância da exploração do trabalho de empregados temporários na agricultura do Sudoeste Paranaense (Tabela 4).

Tabela 4 - Empregados temporários ocupados na agricultura do Sudoeste Paranaense, por meses do ano - 1975-1995-96.

Mês	Empregados temporários (indivíduos)	
	1975	1995-96 ¹⁶
Janeiro	6.886	12.704
Fevereiro	3.589	5.758
Março	3.443	6.478
Abril	11.019	6.954
Maior	17.867	6.665
Junho	6.552	4.975
Julho	3.136	5.266
Agosto	5.167	5.970
Setembro	9.391	6.134
Outubro	10.631	5.731
Novembro	13.907	11.316
Dezembro	16.872	20.393
Média mensal	9.038	8.195

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários de 1975 e 1995-96.

Pelos dados expostos na Tabela 4, podemos observar que, para o ano de 1975, a média mensal de empregados assalariados temporários utilizados na agricultura dessa mesorregião geográfica é de 9.038 trabalhadores. Para o ano de 1995-96, a média mensal é de 8.195 trabalhadores. Mesmo havendo esta queda na média mensal desses trabalhadores rurais (trabalhadores volantes, "bóias-fria", etc.), neste período analisado, verificamos que, para o ano de 1995, se encontra meses com maior número desses empregados, como

¹⁵ Na pesquisa que realizamos analisando a agricultura de Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná (FLORES, 2006), pudemos verificar que têm sido poucas as horas de trabalho (o período de trabalho). Por exemplo, teve um agricultor que nos informou que ele gasta cerca de duas horas/máquina entre preparo do solo, plantio e limpeza, e mais 40 minutos para a colheita por hectare cultivado, tanto com o milho quanto com a soja. Portanto, a maquinaria tem diminuído consideravelmente a quantidade de trabalho vivo necessário para a produção (inclusive o trabalho assalariado), principalmente, nos produtos da lavoura temporária. Os produtores pesquisados nos informaram que o ciclo de desenvolvimento do milho (do nascimento ao amadurecimento) é de 120 a 135 dias, enquanto que o da soja e da, aproximadamente, 150 dias. Portanto, nem todo esse tempo de produção (ciclo produtivo) e tempo em que há trabalho.

¹⁶ Para o censo de 1995/96, do mês de agosto a dezembro, os dados referem-se ao ano de 1995, enquanto que para os meses de janeiro a julho, referem-se ao ano de 1996.

ocorre para o mês de dezembro, em que chegou a se utilizar o número de 20.393 empregados assalariados temporários (Tabela 4).

Como, com a mecanização, com a mudança de sistema de cultivo do solo, etc. o período de trabalho tem sido pequeno (horas/máquina), como temos mencionado, a utilização do trabalho assalariado de empregados temporários é muito importante para a agricultura, como já mencionou Lenin (1980). Mesmo que o agricultor contrate trabalhadores assalariados apenas alguns dias do ano, isso pode ser suficiente para que todas as tarefas sejam feitas a partir da exploração do trabalho assalariado, como já escrevemos em outro trabalho (FLORES, 2006).¹⁷

Portanto, seria equivocado pensar que agricultura capitalista é somente aquela que explora o trabalho apenas de empregados assalariados permanentes. Ora, se não há trabalho o ano todo, mas em determinados períodos, por que motivo o agricultor deveria pagar os empregados o ano todo? Da mesma forma, seria um equivoco pensar que a exploração do trabalho assalariado na agricultura é coisa exclusiva dos grandes estabelecimentos rurais. Nos “pequenos estabelecimentos rurais”, como nos do Sudoeste Paranaense, também pode se explorar o trabalho assalariado. Como vimos anteriormente, a agricultura dessa mesorregião geográfica é intensiva, tecnificada. Se levarmos em consideração o entendimento de Lenin, verificamos que essas características indicam que pode

¹⁷ Na pesquisa que realizamos analisando a agricultura em Francisco Beltrão (FLORES, 2006), verificamos que a exploração do trabalho assalariado pode ocorrer a partir da contratação do serviço de operadores de máquinas e equipamentos agrícolas. Os proprietários de estabelecimentos rurais menos extensos, em geral, acabam “terceirizando” as tarefas de preparo do solo, plantio, combate às ervas daninhas, colheita, etc. Isto ocorre quando eles pagam para outros proprietários de máquinas realizarem essas tarefas (o período de trabalho). Como vimos tratando neste artigo, o trabalho na agricultura é sazonal, concentrado em determinados períodos, o que faz com que as máquinas não sejam utilizadas o ano todo. Portanto, muitas vezes, é quase que inviável a aquisição das máquinas agrícolas já que poderão ficar, na maior parte do ano, ociosas (como é o caso de uma colheitadeira, por exemplo, que somente é utilizada na colheita). Por estes motivos, os agricultores que não possuem máquinas agrícolas acabam pagando para que outros agricultores realizem as tarefas produtivas. Se paga o aluguel das máquinas e o trabalho dos seus operadores. Eis uma forma particular de exploração do trabalho assalariado na agricultura. No cultivo da soja, por exemplo, se verifica a presença de pequenos produtores, que cultivam “um”, “dois”, etc. hectares de terra, mas que, por não terem máquinas e equipamentos, acabam pagando para fazer todas as tarefas, do cultivo à colheita (FLORES, 2006).

existir a exploração do trabalho assalariado, mesmo em explorações agrícolas relativamente pequenas em extensão, pois

quando se fala da pequena agricultura, pensa-se sempre naquela que *não* repousa no trabalho assalariado. Ora, a passagem à exploração de trabalhadores assalariados está condicionada não apenas pela extensão da unidade agrícola, conservando-se a sua antiga base técnica (o que só ocorre numa economia extensiva, primitiva), mas também pelo aperfeiçoamento e modernização da técnica, pela aplicação numa mesma superfície de terreno de um capital suplementar sob a forma, por exemplo, de novas máquinas ou de adubos artificiais, ou do aumento e melhoria do gado, etc (LENIN, 1980, p. 63).

Logo, ao utilizarmos o termo “agricultura familiar”, estaremos ocultando a exploração do trabalho assalariado na agricultura. De acordo com Lenin (1980, p. 18), “esta expressão induz ao erro, ilude o público, levando-o a acreditar na não existência de trabalho assalariado.”

A proletarização de parte dos pequenos proprietários rurais do Sudoeste Paranaense

Os dados dos censos demográficos do IBGE mostram que, enquanto a população urbana do Sudoeste Paranaense vem aumentando constantemente, a população rural vem *decrecendo*. Em 1970, esta mesorregião geográfica possuía o total de 434.324 habitantes, e destes, 356.727 (82,1%) residiam em áreas rurais enquanto que 77.597 (17,9%) residiam em áreas urbanas. Por outro lado, para o ano de 2000, a população total do Sudoeste Paranaense alcançou o número de 472.626 habitantes, e destes, 283.004 (59,9%) residiam em áreas urbanas enquanto que 189.622 (40,1%) residiam em áreas rurais. Portanto, de 1970 a 2000, o Sudoeste Paranaense perdeu 167.105 habitantes rurais. Isso resulta numa média de *5.570 habitantes a menos a cada ano que passa*. Mas, o aumento absoluto da população urbana foi de 205.407 habitantes neste período, o que dá uma média de *6.847 habitantes a mais a cada ano*.

Estes dados citados mostram que a população urbana do Sudoeste Paranaense tem *crecido* mais do que a população rural tem *decrecido*. Esta região não possui grandes cidades. Por exemplo,

encontramos municípios como Bom Jesus do Sul que tem apenas 382 habitantes urbanos; Manfrinópolis, que possui 448 habitantes urbanos, etc. Os maiores municípios em população urbana são: a) Pato Branco, com 56.805 habitantes; b) Francisco Beltrão, com 54.831; e, c) Dois Vizinhos, com 22.382 habitantes urbanos (segundo o censo demográfico de 2000). Mesmo tendo cidades pequenas, a indústria, o comércio e os serviços, têm absorvido, pelo menos, uma parte da população liberada das atividades agrícolas.

Segundo os censos demográficos (IBGE, 1973 e 2006b), houve um considerável aumento da população acima de 10 anos de idade ocupada em atividades da indústria,¹⁸ e do setor de serviços¹⁹, nos municípios do Sudoeste Paranaense. Em 1970, existiam apenas 26.609 pessoas ocupadas entre as atividades da indústria e as dos serviços (atividades tipicamente urbanas), mas, no ano de 2000, passou para 130.442 pessoas ocupadas. Portanto, a indústria e o setor de serviços têm se constituído como um atrativo para a mão-de-obra liberada pelas atividades agrícolas.

Kautsky, acredita que a emigração de parte da população do campo para as cidades (geralmente, as industriais) começa se generalizar a partir do desenvolvimento do comércio e dos meios de comunicação:

A emigração para os centros industriais e para as cidades se torna um fenômeno cada vez mais generalizado à medida que o comércio progride, que as relações entre o meio urbano e o meio rural se intensificam, que o trabalhador do campo se esclarece melhor sobre a situação das capitais e a elas se dirige com mais freqüência (KAUTSKY, 1968, p. 233).

Quando consideramos o entendimento de Kautsky e analisamos os dados do censo demográfico de 1991 (IBGE, 2006b), referentes ao movimento migratório, verificamos que o Sudoeste Paranaense pode estar liberando população (inclusive população rural) para outras regiões do Paraná ou do Brasil. Pois, entre o ano

¹⁸ Referem-se à indústria em geral: da transformação, do extrativismo, da energia e da construção civil (IBGE, 1973 e 2006b).

¹⁹ Referem-se ao comércio de mercadorias, prestação de serviços, funcionalismo público e aos militares (IBGE, 1973 e 2006b).

de 1986 e 1991, 12.862 pessoas acima de 5 anos de idade vieram de outras regiões para residir no Sudoeste Paranaense, mas, por outro lado, 32.860 pessoas saíram desta região. Portanto, o "saldo migratório" do Sudoeste Paranaense, neste período, é de -19.998 pessoas.

Os dados expostos na Tabela 5 nos levam a acreditar que é em busca de trabalho que parte da população deixa o campo e vai para as cidades:

Tabela 5 - População urbana e rural do Sudoeste Paranaense, por faixas-etárias - 2000.

Faixa-etária	População (%)	
	Urbana	Rural
0 a 9	19,68	18,74
10 a 19	19,88	21,59
20 a 29	16,72	13,40
30 a 39	15,98	14,76
40 a 49	11,78	12,75
50 a 59	7,57	9,15
60 anos ou mais	8,39	9,61
Total	100,00	100,00

Fonte: IBGE/Censo Demográfico 2000.

Se analisarmos a população do Sudoeste Paranaense por faixas etárias, observaremos que, no meio rural, a participação percentual da população com idade de 10 a 19 anos de idade é maior do que ocorre para a população urbana. O mesmo ocorre para a população acima de 50 anos de idade, pois no campo a participação percentual desta faixa-etária sobre o total da população rural é maior do que ocorre entre a população urbana. Mas, para a população nas faixas-etárias entre 20 a 39 anos, se verifica uma maior participação percentual entre a população urbana (Tabela 5).

Quando verificamos que na população rural do Sudoeste Paranaense, se tem nas faixas-etárias entre 20 a 39 anos de idade uma participação de 28,2%, mas que na população urbana a participação desta faixa-etária é de 32,7%, portanto, maior que no meio rural, observamos que no campo se tem uma *menor* proporção de pessoas em idade de trabalho (Tabela 5). Observamos que até a adolescência as pessoas, de certa forma, têm ficado no campo, mas a partir dos 20 anos de idade começam a sair para as cidades.

Ao observarmos que as pessoas que mais têm deixado o campo no Sudoeste Paranaense são, em geral, as mais jovens (e em idade de trabalho), lembramos do que Kautsky (1968, p. 234) escreveu: “os operários que nada possuem – e entre eles, em primeiro lugar, os celibatários – são os que mais facilmente abandonam o campo.” Ou seja, primeiramente saem do campo as pessoas mais jovens e, principalmente, os solteiros.²⁰

Analisando a evolução do número de domicílios permanentes (casa e apartamento) no Sudoeste Paranaense, verificamos que, enquanto a quantidade de domicílios urbanos aumentou a de rurais diminuiu: em 1991 esta mesorregião possuía o total de 57.229 domicílios permanentes urbanos, mas, para o ano de 2000, passou para 80.941 domicílios (um aumento de 23.712 domicílios urbanos). Por outro lado, em 1991 existiam 56.841 domicílios rurais, mas, em 2000, diminuiu para 48.187 domicílios. Portanto, de 1991 a 2000 deixaram de existir 8.654 domicílios rurais no Sudoeste Paranaense, resultando numa média de *menos 961 domicílios permanentes rurais a cada ano que passa* (IBGE, 2006b). Como em cada domicílio permanente, segundo o IBGE, pode habitar mais do que uma família, observamos que, a cada ano, são, no mínimo, 961 famílias rurais que deixam de existir nesta região do Paraná. Logo, verificamos que há uma *desintegração* da chamada agricultura familiar.

Na pesquisa que realizamos em Francisco Beltrão (no Sudoeste Paranaense), observamos que existem pequenos proprietários rurais que, mesmo sendo proprietários de terras, por não terem condições financeiras para investir na produção, acabam tendo que vender a sua força de trabalho para sobreviver: O que verificamos *em comum* entre esses agricultores, é que todos são proprietários, mas como não possuem capital para investir na produção, acabam tendo que vender as suas capacidades de trabalhar (a força de trabalho), em troca de um salário:

(...) O informante da amostra VI da pesquisa, possui um estabelecimento rural com área total de 3 hectares, mas não a

²⁰ A partir da pesquisa de campo que realizamos em Francisco Beltrão, os agricultores nos informaram que tem sido relativamente grande a quantidade de jovens que tem deixado o campo para ir trabalhar na cidade (FLORES, 2006).

explora economicamente por não possuir meios de produção (máquinas, animais de trabalho, etc.). Ele utiliza esse estabelecimento apenas como local de residência e se ocupa, de segunda a sexta-feira, trabalhando num reflorestamento (silvicultura). (...) O produtor da amostra XX, possui um estabelecimento rural de 3,6 hectares, mas também é trabalhador assalariado. A sua propriedade é pequena e ele não possui recursos financeiros para investir em atividades que não dependam de grande extensão de terra (...) Então, ele trabalha cuidando de um aviário de 1200 m² e de um plantel de 13 vacas de leite na propriedade de um vizinho seu. (...) O produtor da amostra XXX, possui 12,1 hectares de terra no Assentamento Missões e já trabalhou "cortando toras" para uma madeireira da região. Atualmente, ele trabalha de diarista na agricultura, recebendo de R\$ 18,00 a R\$ 25,00 por dia trabalhado. Ele reclama da falta de capital para investir, então está esperando a sua aposentadoria para vender a sua terra e ir para a cidade de Francisco Beltrão, onde estão residindo a sua esposa e seus cinco filhos (que já deixaram o campo) (FLORES, 2006, p. 153-4).

O que determina o volume da produção, incluso a agrícola, é a quantidade de capital de que dispõe o agricultor, e não simplesmente a posse de um estabelecimento rural. Portanto, quando se "analisa" a agricultura, levando-se em consideração o fator "tamanho dos estabelecimentos" – por exemplo, dizendo que a permanência de pequenos estabelecimentos rurais é um "indicador" de agricultura familiar –, se contribui para ocultar o processo de *proletarização* de parte dos pequenos proprietários rurais.

Parece-nos que não é uma exclusividade das agriculturas de Francisco Beltrão e do Sudoeste Paranaense, a existência de pequenos proprietários de terras que estão na iminência da proletarização, pois na Rússia, no final do século XIX, já foi identificado um processo semelhante:

Eis os traços característicos do proletariado rural: possui estabelecimentos de extensão ínfima, cobrindo pedacinhos de terra, e, ademais, em total decadência (cujo testemunho patente é a colocação da terra em arrendamento); não pode sobreviver sem vender a sua força de trabalho (= "ofícios" do camponês sem posses); seu nível de vida é extremamente baixo (provavelmente inferior ao do operário sem terra) (LENIN, 1982, p. 116).

Quando falamos em agricultura familiar, contribuímos para ocultar a ruína dos pequenos agricultores *descapitalizados*. Como já tratamos em outro estudo (FLORES, 2006), se falarmos que são os agricultores familiares que estão se fortalecendo, acabaremos iludindo os pequenos proprietários de terras descapitalizados. Será que esses pequenos proprietários rurais descapitalizados poderão se desenvolver algum dia, simplesmente por serem como os demais agricultores (os capitalizados), "agricultores familiares? Ora, os agricultores que estão se desenvolvendo são aqueles capitalizados, os que têm acesso ao capital. Não é apenas por serem proprietários de terras ou porque trabalham somente "com suas famílias" que eles se desenvolvem. Os agricultores capitalizados podem até abrir mão da exploração do trabalho assalariado, porque eles possuem máquinas, equipamentos, etc., que substituem parte do trabalho vivo, incluso o de trabalhadores assalariados.²¹

Considerações Finais

O que determina o volume da produção agrícola é a quantidade de capital investido em máquinas, equipamentos, técnicas de cultivo do solo, de manejo de animais, etc. e não a extensão dos estabelecimentos rurais. De acordo com Lenin (1980), com o desenvolvimento do capitalismo a agricultura passa a ser mais intensiva, em outras palavras, passa a depender mais da quantidade de capital investido numa mesma área (capital adicional) do que do tamanho das explorações agrícolas. Os dados dos censos agropecuários do IBGE mostram que o Sudoeste Paranaense é a mesorregião geográfica do Paraná, em que se tem a maior quantidade de investimento por hectares de terra. Portanto, trata-se de uma agricultura intensiva, de uma agricultura capitalista.

Para analisar as relações de trabalho na agricultura, temos que apreender as especificidades deste setor da produção. Na

²¹ Segundo os censos agropecuários do IBGE, em 1975, do total de 52.241 estabelecimentos rurais do Sudoeste Paranaense, apenas 7.046 (13,5%) utilizavam fertilizantes químicos e/ou orgânicos. Mas, em 1995-96, do total de 47.277 estabelecimentos desta mesorregião, 35.052 utilizavam fertilizantes. Portanto, para esse último ano o percentual subiu para 74,1% dos estabelecimentos. O número de tratores agrícolas utilizados no Sudoeste Paranaense subiu de 380 unidades, em 1970, para 9.217 tratores em 1995 (IBGE, 1979 e 1998).

agricultura o trabalho é sazonal, concentrado em determinadas épocas do ano, como na colheita, por exemplo. Dessa forma, principalmente nas atividades da lavoura temporária (cultivo do milho, da soja, etc.), se tem um tempo de trabalho (em que há alguma atividade, como plantio, colheita, etc.) pequeno em relação ao tempo total de produção (o ciclo produtivo das culturas agrícolas). Então, mesmo que o agricultor contrate trabalhadores assalariados apenas em alguns dias do ano, isso pode ser suficiente para que todo o tempo de trabalho seja feito por meio da exploração do trabalho assalariado. Os dados dos censos agropecuários do IBGE mostram que tem aumentado a exploração do trabalho assalariado na agricultura do Sudoeste Paranaense, ao contrário do dito “trabalho familiar”, que vem perdendo espaço constantemente.

Se chamarmos os agricultores que têm se desenvolvido ultimamente, de “agricultores familiares”, poderemos estar camuflando a ruína dos pequenos proprietários de terra descapitalizados, aqueles que estão na iminência da proletarização. Os dados de uma pesquisa que realizamos em Francisco Beltrão, no Sudoeste Paranaense (FLORES, 2006), nos mostram que existem pequenos proprietários rurais que, por não terem capital para investir na produção, se obrigam a vender a sua força de trabalho para sobreviver, utilizando a sua propriedade apenas para residir. Portanto, mesmo sendo proprietários de terras, eles não são agricultores, mas empregados assalariados.

Ao não apreendermos as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, poderemos declamar alguns termos, como o de “agricultura baseada no trabalho familiar”. Fazendo isso, estaremos embelezando o desenvolvimento do capitalismo, estaremos camuflando a exploração do trabalho assalariado e, conseqüentemente, ocultando a proletarização dos pequenos proprietários de terra. Em suma, seremos solidários ao sistema de produção vigente, solidários aos interesses da classe burguesa. Logo, contribuiremos direta ou indiretamente para a continuidade da exploração da classe trabalhadora.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o sudoeste paranaense**. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), USP.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. Campinas, SP: Hucitec, 1998.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Traducción de Rosa María Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

_____. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In.: GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena. **A questão agrária**. Tradução de José B. de S. Amaral Filho. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-163.

FLORES, Edson L. **Capitalismo e agricultura em Francisco Beltrão – PR**. Francisco Beltrão, 2006. Monografia (Especialização em Geografia: Desenvolvimento Regional e Dinâmica Ambiental), UNIOESTE.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Tecnologia e agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico: Paraná, 1970**. v. 1. t. 19. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 1973.

_____. **Censo agropecuário: Paraná, 1970**. v. 3. t. 19. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 1975.

_____. **Censo agropecuário: Paraná, 1975**. v. 1. t. 18. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 1979.

_____. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 1990.

_____. **Censo agropecuário: Paraná – 1995-96**. n.º. 20. Rio de Janeiro: Ed. IBGE, 1998. (CD-ROM).

_____. **Censo agropecuário 1995-96**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 21, out. 2006a.

_____. **Censo demográfico** (vários anos). Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21, out. 2006b.

_____. **Produção agrícola municipal – 2005**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04. nov. 2006c.

IPARDES. **Custo da produção de frangos de corte**. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br>>. Acesso em: 07, set. 2005.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Tradução de C. Iperóig. Rio de Janeiro: Laemmert, 1968.

LENIN, Vladimir I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América: novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura**. Tradução de Maria B. M. Lima. São Paulo: Brasil Debates, 1980 (Coleção Alicerces).

_____. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. Tradução de José P. Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – o processo de circulação do capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. v. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

Recebido: 14/11/2006

Aprovado: 04/05/2007